“Não faz sentido excluir os corredores marítimos”, numa altura em que a Europa olha para o sistema energético como um todo

18 de Junho, 2021

O “Dia do Porto de Sines” foi assinalado esta sexta-feira, dia 18 de junho, com uma conferência “Imagine Sines – Sustentabilidade e Inovação conectando o futuro”, promovida pela Administração dos Portos de Sines e do Algarve. Ao longo da conferência, foram discutidos os desafios e o futuro de Sines enquanto sistema multiportuário ibérico.

“Em Sines, encontram-se consumidores locais interessados em substituir as suas fontes de hidrogénio por outros, como a refinaria. É em Sines que já se encontram as bases das infraestruturas capazes de veicular para exportação por via marítima o hidrogénio ou outros produtos energéticos derivados. E é em Sines que se encontra um ponto de entrada fundamental para rede nacional de transporte de gás, capaz de transportar misturas crescentes de gás natural e de hidrogénio até aos consumidores”. Este foi o ponto de partida para **João Galamba**, secretário de Estado Adjunto e da Energia, sublinhar que a cidade está pronta a receber “investimentos significativos” na área energética, dedicados à produção de eletricidade verde, hidrogénio verde e seus derivados: “Converterão a região e a infraestrutura portuária logística de um passado fóssil para um futuro renovável”. É por isso que “a produção local, em quantidades muito apreciadas de hidrogénio verde, amónia metanol ou combustíveis líquidos, é uma oportunidade inegável e de múltipla expressão”, afirma. Aliás, citando os mais recentes estudos, o secretário de Estado da Energia atenta na necessidade urgente da descarbonização do setor de transportes e marítimo, atendendo às emissões de gases com efeito de estufa e ao longo período de amortização e de vida das embarcações: “Oferecer hoje para o setor dos transportes um vetor energético limpo como alternativa aos combustíveis fósseis é um imperativo”, alerta. E nestas matérias, “todas as transições energéticas são cruciais” para atingir os objetivos com que todos estão comprometidos: “Por isso, é fundamental olhar para todas estas realidades de forma integrada”, afinha.

No âmbito da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, alcançou-se, na ótica de João Galamba, um marco muito importante, no Regulamento relativo às redes transeuropeias de energia (RTE-E), onde se atingiu uma “abordagem geral” do Conselho, que permite o “reconhecimento do interesse de projetos de fornecimento de hidrogénio verde” em toda a “*connectwork*” das redes transeuropeias de transportes, onde se incluem os portos de Sines, Amesterdão e Roterdão: “A aprovação deste importante instrumento de política energética europeia darão significativo impulso à penetração de hidrogénio verde e seus derivados como alternativa viável ao transporte marítimo e à requalificação e desenvolvimento das estruturas portuárias”. E porque

descarbonizar os transportes não é suficiente para o cumprimento dos objetivos, João Galamba assegura que o papel dos portos de grandes dimensões não termina aqui: “Como grandes centros logísticos, os portos serão fundamentais para transportar o que não possa, por motivos técnicos ou económicos, ser transportados por redes elétricas, gasodutos ou oleodutos, tendo agora a função de serem também fronteiras entre parceiros que estreitam distâncias físicas, terminam constrangimentos que as distâncias criam e fomentam novas parcerias”. A abordagem geral do Conselho no RTE-E abordou precisamente esta questão, habilitando o reconhecimento de projetos estruturantes para veiculação de hidrogénio verde e seus derivados: “O momento é disruptivo, onde a ambição passa a ligar o Norte com a Alemanha, Holanda, França, Dinamarca Suécia, ao sul, a Portugal, Espanha, Itália, Malta e Chipre e, com as mais redes a todos os países interiores”, destaca. Galamba reitera assim pela necessidade do caminho na restante negociação estar focado na viabilização destes projetos numa perspetiva paneuropeia: “Não há nenhuma razão que corredores energéticos entendamos apenas os corredores energéticos tradicionais, ou seja, Portugal só poderia fazer corredor com Espanha e vice-versa”. Numa altura em que a Europa olha para o sistema energético como um todo e de forma integrada, o secretário da Energia reforça que não faz sentido excluir os corredores marítimos: “Debatemos por essa posição, ela vingou e agora esperamos que, no diálogo final, se possa reconhecer explicitamente que, para além, de todos os corredores tradicionais devemos alargar aos portos”, afinca. Além de serem “essenciais em termos energéticos”, os portos “permitem alargar e dinamizar o mercado interno europeu”, permitindo “novas parcerias” como é o caso do Porto de Sines, explicita. Mais uma vez, sustenta Galamba, para que a RTE-E seja “verdadeiramente um corredor transeuropeu de transportes de energia, serão sempre necessárias parcerias”.

A mensagem é simples: “A aposta da União e dos Estados-membros é também de atingir uma União cada vez mais mais próxima através da energia e do desígnio comum de chegarmos a neutralidade carbónica em 2050. E os portos terão aqui um papel fundamental a desempenhar”, conclui.